

# Processo de Pacificação em Escolas no Ceará: estudo de Caso da Mediação de Conflitos

*César Mateus Lopes de Sales e Silveira*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*Maria Andréa Luz da Silva*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*Francisco Horácio da Silva Frota*

*Universidade Estadual do Ceará – UECE*

## **Resumo**

O presente artigo analisa o processo de resolução de conflitos através das práticas restaurativas no ambiente escolar. O tema apresenta relevância em razão do aumento substancial dos atos violentos no interior das escolas e a ineficácia das medidas disciplinares tradicionais. A EEFM General Murilo Borges Moreira (MB) foi o lócus da pesquisa qualitativa no qual foi feito um estudo de caso, foi utilizado a entrevista semi-estruturada, para compreensão dos resultados obtidos na escola após a implementação do Projeto Implementação da Mediação Escolar, parceria esta constituída entre o Ministério Público do estado do Ceará(MPCE), SEDUCE (Secretaria de Educação do Estado do Ceará) e a Organização Terre des Hommes (TDH).

**Palavra-chave** violência; práticas restaurativas; conflitos; diálogo; coletivo.

## **Abstract**

This article analyzes the conflict resolution process through restorative practices in the school environment. The theme is relevant due to the substantial increase in violent acts within schools and the ineffectiveness of traditional disciplinary measures. EEFM General Murilo Borges Moreira (MB) was the locus of qualitative research in which a case study was carried out, a semi-structured interview was used to understand the results obtained at school after the implementation of the School Mediation Implementation Project, a partnership it is constituted between the Public Ministry of the State of Ceará (MPCE), SEDUCE (Secretary of Education of the State of Ceará) and the Terre des Hommes Organization (TDH).

**Key-word** violenc,, restorative practices; conflicts; dialogue; collective.

## Introdução

A educação escolar pública brasileira tem estado em constante mudança nas últimas décadas, temos presenciado avanços e retrocessos em uma dinâmica bastante acelerada nas políticas públicas educacionais. Além disso, há cobranças cada vez maiores por resultados mais positivos referente a aprendizagem dos alunos, avaliados sobretudo através das avaliações externas e índices de aprovação. Somado a isso, não podemos esquecer o conjunto de transformações sociais advindas das novas tecnologias e as “novas” juventudes com suas peculiaridades próprias, onde individualidades se afirmam cada vez mais nos espaços coletivos e os conflitos acabam se tornando inevitáveis.

Assim, a escola (instituição), compreende um espaço de relações, de convivência e de educação formal, nela há processos e relações diversas e plurais, mediado ora, por um currículo (formal ou oculto) e ora pelas normas de convivência social. Isso faz com que a escola apresente uma face dupla: de reproduzir os comportamentos externos das comunidades escolares e de negar tais comportamentos, apresentando formas diferentes compreender a realidade. É nesse contexto que nasce a face conflitiva da escola em sua própria essência.

Partindo dessas ideias, a práticas restaurativas mediação podem construir novas possibilidades para transformar os relacionamentos entre os membros da comunidade escola, por meio de técnicas e procedimentos, que modificam a forma de se ver o conflito, através soluções pacíficas cujo ponto de partida é o diálogo das partes envolvidas na procura de soluções construídas conjuntamente.

Desta maneira, objetivo deste artigo é: analisar as contribuições positivas e os desafios encontrados na implementação do projeto de medição escolar do estado do Ceará na escola de ensino fundamental e médio General Murilo Borges.

## Juventudes e as relações sociais na escola

Temos presenciado nos últimos anos elevação dos índices de violência no interior da escola, semanalmente há registros nos jornais, mídias e televisão de atos de incivilidades até crimes propriamente ditos, agressões a professores, a alunos, a funcionários.

Segunda a Organização Não Governamental (ONG) Visão Mundial em sua pesquisa Infância [Des]Protegida realizadas em escolas públicas brasileiras, em seis estados da federação, apenas 48% dos entrevistados se sentiam seguros na escola. Além disso, também foi verificado que 84% dos alunos já haviam presenciado briga entre alunos e 33% haviam sofrido ameaças, abusos físicos e xingamentos na escola (Visão Mundial, 2019).

Abramovay (2012, 2015) ao analisar os problemas existentes nas escolas sobre conflito e violência, encontra no seu interior violências próprias de diversas ordens e tipos que somadas as violências reproduzidas própria sociedade representam a problemática escolar. Abramovay (2012, p.47) ao classificar as principais violências existentes no interior da escola quanto a sua natureza, as divide em três categorias: *microviolências ou incivilidades* - são aqueles atos que não contradizem nem a lei; *violências simbólicas* - operam por imposição de símbolos de poder; *violência dura* - são atos enquadrados como crimes ou contravenções penais.

Desta maneira a autora avalia a escola sobre várias perspectivas de violência, que vão desde pequenos atos de incivildades até crimes propriamente ditos, não esquecendo é claro, de passar pelas violências simbólicas e ocultas.

Em meio a realidade conflitante, Abramovay (2015) ainda relaciona a existência de discriminação nas escolas aos grupos considerados historicamente relegados socialmente. Assim, pode-se encontrar na escola a reprodução da homofobia, do racismo, da discriminação sobre status social, deficiência, entre outros.

Outro fenômeno de violência vivenciado na escola, bastante difundido pelo cinema de *Hollywood*, é o *Bullying* e o *Cyberbullying* que podendo ser sutil, intencional e repetitivo, cujo objetivo é maltratar/intimidar com ações que inferiorizem a vítima (MARCOLINO, 2018).

Assim, podemos perceber que a escola é obrigatoriamente um lugar de conflitos, onde as relações sociais se intensificam, contudo, esse conflito não necessariamente deve terminar em ato de violência que pode chegar a deteriorar o clima de convivência pacífica (ORTEGA, 2002).

Catani e Gilioli (2008) explica a ideia de juventude, não mais a considera apenas como categoria apenas natural e biológica, na verdade, para os autores, ela representaria muito mais do que uma construção social que varia de acordo com o tempo, local e cultura, logo passível de mudanças.

Destarte, podemos compreender a juventude em suas próprias diferenças, que podem ser de classe social, raça, gênero, religião, etnia, etc. Cada juventude pode interpretar o “ser jovem” da sua própria maneira, recriando assim novos signos, comportamentos, sentimentos e pensamentos. Não se pode acreditar que todos os jovens apresentam as mesmas oportunidades, quem dirá no caso brasileiro cujo sua própria formação histórico-social nasceu e cresceu repletas desigualdades.

Somado a isso ainda temos após o advento da globalização e inovações tecnológicas, sobretudo as mídias, a sociedade também começou a visualizar a juventude por dois outros aspectos contemporâneos: o consumo e os problemas sociais. No primeiro, destaca-se sua capacidade de alienar através de temas diversos como música, moda, esporte, lazer, cultura e comportamento; já o segundo ligado a ótica dos noticiários relacionados a violência, droga, tráfico e crimes diversos (ABRAMO; FREITAS; SPOSITO, 2000).

Contudo, por outro lado, Matos (2007) salienta a positividade da juventude na possibilidade de superação dos problemas existentes, através da cooperação, para o autor, o jovem na realidade é o detentor em potencial das transformações e revitalizações sociais.

Desta forma, a escolar deve pautar suas ações no desenvolvimento do diálogo através da confiança, respeito e cooperação, suas práticas devem privilegiar ações que melhorem os relacionamentos. A atualidade exige a escola muito mais do que normas e conteúdos, é preciso rever as estratégias pedagógicas a fim de gerar aprendizagem significativa, processos que façam os jovens refletirem. É necessário preparar o professor para lidar com as diversas “juventudes.

## **Meios Alternativos de Resolução de Conflitos uma ferramenta para construção da paz na escola**

Oriundas de comunidades indígenas, principalmente do Sudeste Asiático e do Canadá, a Meios Alternativos de Resolução de Conflitos<sup>1</sup> hoje, é reconhecida e recomendada pela ONU (Organização das Nações Unidas) e embora tem-se sua no Brasil através do Sistema Jurídico, foi ampliada para diversas áreas campos do campo social, como a educação.

A utilização dos Meios Alternativos de Resolução de Conflitos, deu-se por causa de suas próprias qualidades intrínsecas: as resoluções céleres, a maior informalidade e menor custo para o estado e as partes envolvidas na contenda.

Segundo Warat (2001, p.56) a ADR, indubitavelmente, gera a inclusão social, autonomia e cidadania, pois durante o processo que busca encontrar solução para o conflito de forma mais dialética e colaborativa, não há o entendimento que há perdedores, ao contrário, há apenas vencedores que procuram resolver o problema por meio da comunicação e entendimento das partes.

A esse respeito, Ortega, (2002, p.143) perfila a escola com sendo um lócus de conflito obrigatório, onde a violência pode surgir se o problema não for tratado de forma adequada:

O conflito emerge em toda situação social em que se compartilham espaços, atividades, normas e sistemas de poder e a escola obrigatória é um deles. Um conflito não é necessariamente um fenômeno da violência, embora, em muitas ocasiões, quando não abordado de forma adequada, pode chegar a deteriorar o clima de convivência pacífica e gerar uma violência multiforme na qual é difícil reconhecer a origem e a natureza do problema.

Sendo assim, o conflito é parte integrante da sociedade, pois diferentes interesses, desejos e aspirações, geram obrigatoriamente contendas em qualquer sociedade, sobretudo, as que defendem a pluralidade. Destarte, por esse viés, não há certo ou errado, vencedores ou perdedores, pois o conflito é algo positivo que não se pode excluir ou eliminá-lo das relações sociais.

A ADR representa também a busca por relações sociais mais inclusiva e colaborativa, por meio do resgate ao diálogo com a comunidade por meio da restauração das relações sociais, modificando entendimento tradicional da punição, ao entender o conflito como algo positivo, necessário ao crescimento da coletividade.

Logo, diferente da violência que está associada ao uso da força em uma relação de desigualdade, seja física ou psicológica, onde um mais forte tenta se impor a outro mais fraco; o conflito faz parte da sociedade e oportuniza momentos de crescimento e colaboração, contudo, se mal administrado poderá gerar violências, assim é preciso que o homem civilizado compreenda que o caminho a ser seguindo na busca por uma sociedade pacífica caminha, indubitavelmente, pelo diálogo, através da crítica e a consciência das ações.

---

<sup>1</sup> ADR – *Alternative Dispute Resolution*; chamadas no Brasil de Meios Alternativos de Resolução de Conflitos

Entre as técnicas restaurativas, seguramente, a mediação é uma das mais utilizadas, ela propõe a construção de um processo participativo em que os envolvidos no conflito procuram a resolução de maneira coletiva. A satisfação de todos é objetivo e sua implementação procura a harmonia social, negando a punição como primeira medida (isso não quer dizer que ela não possa existir), para por meio da paz e da compreensão restituir as relações sociais.

O guia prático para educadores – Diálogo e Mediação de Conflitos na Escola do Conselho Nacional do Ministério Público define mediação como:

A mediação é uma reunião entre o facilitador ou mediador e as partes envolvidas, visando ao restabelecimento do diálogo. Ela permite a solução de conflitos rotineiros através do diálogo e da compreensão e busca a construção de soluções a partir das necessidades dos envolvidos[...]. (BRASIL, 2014, p.37)

Desta forma, o uso dessa importante técnica de solução de conflito, o processo de mediação de conflitos, propõe o diálogo entre as pessoas como instrumento indispensável à tomada de decisões, objetivando a convivência harmoniosa no interior da escola. O discurso igualitário é instaurado em situação de paridade, ocasionado, possíveis prevenções à atritos em momentos posteriores que gerariam a violência.

Outra forma alternativa de resolução de conflito bastante utilizada são os círculos de paz e círculos restaurativos, neste há dois componentes principais no processo, o primeiro são os valores que alimentam os relacionamentos e o segundo são os ensinamentos chaves comuns às comunidades. Esses elementos devem-se somar as ideias da interconexão, da contribuição igualitária e do equilíbrio, onde todos são responsáveis igualmente pelas ações públicas.

Desta forma, entre as funções das práticas circulares tem, necessariamente, a garantia de maior autonomia e empoderamento do grupo facilitando assim o diálogo para construção de decisões colegiadas, conseqüentemente, isso a construção de um clima democrático onde a igualdade surgir como ferramenta essencial de participação (BOYES-WATSON, 2011, p. 35).

Os círculos estabelecem conexões profundas entre as pessoas, através de processos coletivo de saberes e análise da realidade social, permite a reflexão coletiva, o confronto de ideias e o intercâmbio de experiência entre os participantes. Tudo isso com intuito de explorar as diferenças, mantendo-as e respeitando-as, ao invés de eliminá-las e homogeneizá-las.

Embora a mediação e as práticas circulares sejam as técnicas de restauração mais utilizadas e conhecidas, essas utilizam em seus arca-bouços a CNV (Comunicação Não-Violenta) que consta de algumas técnicas que privilegiam a maneira de se comunicar de forma clara e não-violenta, uma linguagem específica – falar e ouvir – que fortalece a capacidade de continuarmos ligados. Escutarmos profundamente – a nós e aos outros – promovendo respeito, empatia, atenção, compaixão, por intermédio de técnicas e atenção aos próprios discursos, mesmo em condições adversas.

Segundo o processo da CNV, devemos primeiro observar o fato, a situação vivenciada sem juízo de valor, sem preconceitos. Em seguida observamos como nos sentimos com relação à situação (felizes, tristes, alegres, irritados...). Em terceiro lugar

avaliemos quais são as nossas necessidades relacionadas aos nossos sentimentos. Por último, o que desejamos que a outra pessoa faça para enriquecer as nossas vidas.

Desse modo, para a CNV, a comparação e o julgamento são formas de estimular a violência e como tais precisam ser evitadas. Propondo um comportamento distinto, a CNV estimula a fomentação do respeito e à empatia por meio da comunicação que trás a responsabilização e a consciência do fortalecimento das relações humanas.

Embora apresentem inúmeras vantagens, isso não quer dizer que as práticas restaurativas sem imunes a críticas e podem resolver qualquer tipo de conflito. Longe disso, elas devem ser utilizadas de acordo com as possibilidades administrativas, legais e jurídicas de cada instituição escolar, de acordo com o caso concreto na procura da melhor escolha para os diferentes tipos de conflitos.

### **Caminhos da pacificação no estado do Ceará**

Com objetivo de reduzir os casos de violência no interior da escola, o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), através da procuradoria-geral de justiça, criou em 2016 o projeto Implementação da Mediação Escolar, cujo objetivo do projeto foi de implementar mecanismos de transformação das escolas em um ambiente de cultura de paz, promovendo relações humanas mais solidárias, não-violentas e que promovam a cidadania. Segundo o projeto a mediação:

Segundo documento apresentado, o MPCE, analisou os casos de violência nas escolas e verificou que as SEDUCE não apresentavam formação e orientação relativo à violência sofrida na escola, assim, acreditando no poder transformador da educação por meio das práticas restaurativas, o MPCE propõe:

“Uma política de implantação da Mediação Escolar oferece estratégias para enfrentar estas questões, pois oportuniza aos profissionais da educação o conhecimento técnico e específico para lidar com o fenômeno da violência escolar de forma mais assertiva e produtiva, promovendo a co-responsabilização do Sistema de Ensino, das famílias, da escola e dos educandos na resolução de seus conflitos” (MPCE, 2016).”

É preciso entender que a escola é um ambiente peculiar e diverso, com contexto próprio e inserida em um local com cultura e costumes próprios, é nesse contexto que a mediação precisar intervir e/ou prevenir as violências na escola através da proposição de pacíficas aos conflitos. Por intermédio de técnicas, saberes, comportamentos e habilidades, os procedimentos objetivam construir um ambiente de paz, seguro, acolhedor os todos os envolvidos no processo educativo (BRASIL, 2014).

Desta maneira, podemos compreender que a mediação escolar corresponde a um conjunto de técnicas e práticas de colaboração que possa transformar e oportunizar o conflito, para transformá-lo em crescimento e aprendizagem.

Segundo o acordo de cooperação técnica nº15/2016 firmado, a ONG (Organização não-governamental) TDH (Terre des hommes Lausanne) formaria os integrantes da célula

de mediação da SEDUCE e aplicaria sua metodologia em 4 escolas de Fortaleza entres as consideradas com alto índice de violência.

Logo, a TDH, em parceria com O MPCE, desenvolveu um projeto de mediação escolar junto a SEDUCE. Este projeto teve como base o modelo de ação construído após a análise da situação problema encontrada, respondendo assim a problemática referente a situação das crianças e adolescentes de forma mais eficiente.

### **O caso: EEFM General Murilo Borges Moreira**

A implementação das ações promovidas pela SEDUCE contou com a participação de quatro escolas, duas localizadas em dois bairros, Grande Mucuripe<sup>2</sup> e Grande Bom Jardim<sup>3</sup>, procurou-se através do projeto mediação escolar modificar a perspectivas do conflito, ou seja, compreende-lo de outra maneira, por um viés positivo, que pudesse permitir a possibilidade de crescimento e aprendizagem, através da gestão democrática e do diálogo.

Deste modo, o lócus da pesquisa foi a EEFM MB (General Murilo Borges Moreira), embora localizada no Bairro Vicente Pinzon, pertencente a AIS 14, uma das áreas menos violentas da capital e cercada de bairros “nobres”, paradoxalmente, a escola localiza-se em uma área cujo entorno é caracterizado por vulnerabilidade, problemas sociais, violências e desigualdades.

Este trabalho consiste em um estudo de caso, na avaliação das práticas restaurativas aplicadas pela parceria TDH em uma escola, EEFM MB com intento de verificar as suas possibilidades e limites da implementação da metodologia.

A pesquisa qualitativa foi utilizada para aumento do entendimento, expansão do conhecimento, esclarecimento de utilização, geração de hipóteses, identificação dos comportamentos. O tipo de entrevista utilizado foi a semiestruturada, por apresentar maior flexibilidade sem perder a direção do objeto de estudo, objetivos, valores e motivações do projeto.

No primeiro momento, o método de coleta de dados consistiu em ir à escola, a TDH e a Célula de mediação afim de compreender como foi aplicado o projeto e que dados anteriores haviam nos respectivos setores; já no momento seguinte foram feitas entrevistas com um membro da TDH, uma servidora da Célula de Mediação, um gestor escolar, um aluno, um professor que participaram do projeto mediação escolar durante sua fase de aplicação e consequentemente de ações de mediação e restauração. As entrevistas na TDH e Célula de Mediação serviram de norte para compreensão da metodologia; já as feitas na escola tiveram a finalidade de investigar a percepção dos membros da comunidade escolar sobre o projeto.

Em relatório expedido pela TDH em 2015, foi verificado através dos estudantes que havia falta de respeito, professores ignorantes, agressões, falta de limite dos colegas de classe, a direção e funcionário da portaria, também foi posto a utilização de linguagem de cunho violento e autoritário dos funcionários, professores e gestão com os alunos.

---

<sup>2</sup> Constituído pelos bairros Varjota, Praia do Futuro, Castelo Encantado, Conjunto Santa Terezinha, Serviluz, Cais do Porto.

<sup>3</sup> Constituído pelos bairros Bom Jardim, Granja Portugal, Canindezinho, Siqueira, e Granja Lisboa.

<sup>4</sup> Áreas integradas de segurança (AIS) 1, Bairros: Aldeota, Cais do Porto, Meireles, Mucuripe, Praia de Iracema, Varjota e Vicente Pinzon.

Já o corpo docente apontou como fragilidades: estrutura física, lentidão na resolução dos problemas relativos aos órgãos governamentais, alunos advindos de comunidades carentes e de certa forma problemática, a escola está situada em área de risco, alguns alunos estariam usando e vendendo drogas no ambiente escolar, falta de capacitação para lidar com o problema, desajuste familiares entre outros.

Assim, sobre a realidade anterior ao projeto, a escola apresentava microviolências, incivildades, desrespeitos, ofensas, xingamentos, *bullying*, e ações de preconceito. De acordo com essa realidade, foi implementado o projeto na escola EEFM MB, a formação se deu inicialmente para membros da gestão, apoio do laboratório de informática e PDTs, posteriormente alunos.

Após a aplicação do projeto, segundo os entrevistados, houve mudanças substanciais na “forma” de se ver o conflito, a punição foi substituída pela restauração, através do diálogo. O empoderamento da comunidade escolar foi algo decisivo no entendimento da responsabilização e restituição, os envolvidos na contenda não apenas saíram com o problema solucionado mais também com relações restauradas. Desta maneira, tais dados representaram a efetividade das técnicas como afirmam Brasil (2014), Ortega (2002) e Warat (2001) na redução da violência na escola.

Desta forma foi verificado que os processos restaurativos não se limitam à resolução do conflito entre as partes, no caso concreto, a implementação do diálogo e da escuta releva transformações nas relações sociais da própria comunidade escolar e nas pessoas pertencentes a mesma. Como afirma um integrante escolar ao citar a nova forma de se relacionar: “ Depois da TDH a gente começou a rever toda essa questão de expulsão, de até mesmo suspensões, então mudou muito da água para o vinho” (Gestor da EEFM General Murilo Borges). Segundo os entrevistados as ocorrências reduziram drasticamente, chegando inclusive há meses onde não houve registro algum disciplinar.

Entre os elementos necessários ao processo, foi verificado que os PDTs e a gestão democrática foram elementos primordiais ao sucesso do projeto.

Ao perguntar aos entrevistados sobre os limites do projeto foi percebido duas limitações principais ao processo, a citar, a presença de situações que põe em risco a integridade dos membros da comunidade escolar e ausência das famílias nos casos que dos alunos “mais problemáticos” como relatado a baixo:

A gente tenta atender todos os casos, por exemplo, a gente tem casos que é caso de polícia, dependendo da gravidade a gente tenta atender aqui, mas também há casos que a escola ver e diz, gente isso aqui já está passando da nossa “ossada”, coisa perigosa que pode botar em risco a vida de uma pessoa ou grupo de pessoas, [...], a gente já tem o entendimento de que não ficar aqui na escola e vai a uma delegacia. (Gestor)

As famílias não respondiam a solicitação de presença na escola, e os mesmos (alunos), por diversas vezes, deixavam de frequentar até que “um dia futuro”

---

<sup>5</sup> Vigente desde 2008, o projeto propõe que o professor, independentemente da sua área de conhecimento, responsabilize-se por uma determinada turma, cabendo-lhe conhecer os estudantes individualmente, para atendê-los em suas necessidades. Além disso, são atribuições do professor diretor de turma (PDT) a mediação das relações entre a turma e os demais seguimentos da escola, bem como o trabalho de formação cidadã e desenvolvimento de competências socioemocionais junto aos estudantes (SEDUCE, 2018).



responsável necessitar da declaração que aluno estava matriculado para ser levada alguma instância judicial (Gestor)

Já em relação aos pontos negativos após a aplicação do projeto, foi relatado de maneira unânime por todos os entrevistados a problemática da ausência de formações continuadas e renovações. Vários professores já haviam saído da escola, outros haviam se aposentado e os novos professores, alunos e funcionários que não tinham feito parte da implantação do projeto apenas seguiam a rotina escolar e os costumes da escola.

Desta forma, ainda que os processos restaurativos sejam aplicados na sala de aula, pois é a sala de mediação havia sido ocupada com outra finalidade, que haja professores capacitados aos processos na escola e que a escola tenha assimilado uma cultura restaurativa em seu regimento e na sua cultura, a ausência de controle, planejamento e formação poderá ao decorrer do tempo regressar a um estágio anterior à aplicação do projeto.

### **Considerações Finais**

As relações sociais, a banalização da violência, os conflitos, a pluralidade e as individualidades apresentam-se como novos desafios à escola, é preciso rever a forma de se lidar com as diferenças e ressignificar a forma de solucionar os conflitos.

Os conflitos são normais e cotidianos, contudo, não podem ser desculpa para gerar atos de violência, é preciso criar ferramentas que empoderem o coletivo, fazendo com que os sujeitos compreendam que o diálogo, a escuta e a participação coletiva produzem oportunidades mais democráticas e produtivas para a comunidade escolar.

Verificamos que a EEM General Murilo Borges Moreira teve considerável redução nas situações que envolviam conflitos e violência, sobre isso, a mediação proporcionou à escola mudanças de comportamentos e atitudes entre os membros da escola, as relações interpessoais e os valores, propagados pelo diálogo e escuta conduziram a tolerância e ao respeito entre os participantes gerando assim um clima escolar mais agradável. Porém, os desafios enfrentados diariamente na rotina, as ausências de formação podem fazer com que ao decorrer do tempo os valores primordiais do projeto sejam perdidos.

Concluímos que, através dos processos restaurativos, a escola tem logrado êxito e resultado bem positivo na forma de se ver o conflito, que a dimensão profilática, os baixos custos, o viés democrático das propostas e o pertencimento do grupo são vantagens que tornam as práticas restaurativas viáveis ao ambiente escolar.

### **Referências bibliográficas**

ABRAMO, H.; FREITAS, M.; SPOSITO, M.. *Juventude em debate*. [S.l.: s.n.], 2000.

ABRAMOVAY, M. Violência nas escolas. 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>. Acesso em: 22 jul 2019.

\_\_\_\_\_. *Conversando sobre violência e convivência nas escolas*. 2012. Disponível em: [http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/conversando\\_sobre\\_violencia.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/conversando_sobre_violencia.pdf), Acesso em: 22 maio 2019.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. *No coração da esperança: guia de práticas circulares: o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Ministério Público. (Org.). *Diálogos e Mediação de Conflitos nas Escolas*. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/alrom/Downloads/GUIA%20PR%C3%81TICO\\_MEDIADORES.pdf](file:///C:/Users/alrom/Downloads/GUIA%20PR%C3%81TICO_MEDIADORES.pdf). Acesso em: 27 maio 2019.

CEARA. Ministério Público do Ceará. *Implantação da mediação escolar*. 2016. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/caopij/projetos/projeto-implantacao-da-mediacao-escolar/>. Acesso em: 22 fev 2018.

MARCOLINO, E. C. et al. BULLYING: *Prevalencia e fatores associados à vitimização e à agressão no cotidiano escolar*. Florianópolis, v. 27, ln. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072018000100304&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000100304&lng=en&nrm=iso). Acesso 18 Mar. 2018.

MATOS, K. S. A. L. *Juventudes e cultura de paz: diálogos de esperança*. In A. C. Pinto, C. J. S. Araújo, & H. L. Costa (Orgs.), *Formação do pesquisador em educação: questões contemporâneas* (pp. 215 – 224). Maceió, AL: Ed. Ufal, 2007.

ORTEGA, Rosário et al. *Estratégias educativas para prevenção das violências*; tradução de Joaquim Ozório – Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

VISÃO MUNDIAL. *Infância [Des]Protegida*, Uma consulta de percepção de segurança de crianças e adolescentes sobre a violência. 2019. Disponível em: <https://visaomundial.org/infanciasdesprotegida/relatorio.pdf>. Acesso em: 09 Set 2019.

WARAT, Luís Alberto. *O ofício do mediador*- vol. 1. Florianópolis: Habitus, 2001.